



Opinião Econômica

Samuel Pessoa

Pesquisador do BTG Pactual e do FGV
IBRE e doutor em economia



A urgência do ajuste fiscal

Dinâmica da dívida pública será pior nos próximos 4 anos do que foi de 2023 a 2026

No quadriênio do terceiro mandato de Lula, a dívida pública crescerá ao ritmo de 2,8% do PIB por ano. No próximo quadriênio, se nenhum esforço fiscal for feito, além da simples execução do atual arcabouço, o ritmo de crescimento da dívida pública irá se elevar para valores superiores a 4% do PIB anuais.

A piora da dívida pública deve-se a três fatores. Primeiro, a dívida no fim do ano será 12% do PIB maior do que no fim de 2022. Segundo, no quadriênio que termina em 2026, o custo da dívida era relativamente baixo, pois parte dela havia sido contratada na pandemia, quando os juros estavam baixos. A dívi-

da venceu e foi recontratada nos últimos anos com juros substancialmente maiores. Terceiro, o crescimento econômico no próximo quadriênio será menor do que foi no quadriênio que se encerra em 2026.

É fato que os economistas subestimaram o crescimento econômico de 2022 até 2025. Mas, fato menos lembrado, os economistas também erraram na previsão da evolução da taxa de desemprego. Ninguém imaginava que de 2023 a 2025 ela se reduziria de 8,5% para 5,5%. Os erros foram consistentes. A boa notícia foi que o crescimento foi maior e o desemprego caiu. A má foi que a aceleração do crescimento não

ensejou a aceleração da produtividade. O crescimento dos últimos anos tem sido extensivo: crescemos mais pois reduzimos a ociosidade. Tratei desse tema na coluna de 8 de março.

Dado que nos próximos quatro anos a taxa de desemprego não se reduzirá de 5,5% para 2,5%, mas, provavelmente, deverá até se elevar um pouco, o crescimento será menor.

Assim, pelos três motivos elencados - dívida maior, mais cara e menor crescimento da economia, a dinâmica da dívida pública será sensivelmente pior nos próximos quatro anos do que foi de 2023 a 2026.

Na quinta-feira, no jornal O

Estado de S. Paulo, Felipe Salto e Josué Pellegrini propuseram um ajuste fiscal para gerar 2% do PIB de superávit primário em quatro anos. Um terço do ajuste seria por meio de elevação da receita e dois terços via redução dos gastos. Na parcela da elevação das receitas, Salto e Pellegrini propõem redução linear de 23,5% nos gastos tributários. Por exemplo, não faz sentido mantermos o desconto total de gastos com saúde no IRPF.

Na parte de queda dos gastos, os autores sugerem a desvinculação do piso do benefício previdenciário e de outros benefícios sociais do salário-mínimo e que os pisos que a Constituição estabelece que a União tem que gastar com saúde e educação sejam indexados pelo mesmo indexador do arcabouço fiscal. Essas duas medidas são essenciais para que a taxa de crescimento do gasto primário obrigatório se reduza. A redução do crescimen-

to do gasto primário é condição necessária para que o juro real caia. E, sem queda do juro real, não haverá queda da dívida pública, mesmo se o superávit primário for de 2% do PIB.

A taxa básica de juro brasileira é formada pelo impacto adicional que o setor público tem sobre o balanço entre oferta e procura no mercado de bens e serviços. Sempre que o gasto primário cresce mais rápido do que o crescimento potencial da economia, o setor público adiciona demanda a uma velocidade maior do que o crescimento da base material que sustenta essa mesma economia. Os juros se elevam. Infelizmente, a uma semana da eleição, discutimos o escândalo do Master, o STF e o que os candidatos farão com nossa padroeira. Nosso conflito distributivo está em outro local. Vamos discutir os gastos e receitas do Tesouro?



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Projeto de fábrica de pellets em Pinheiro Machado está prestes a sair do papel

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

O projeto de uma fábrica de pellets para produção energética da Braspell Bioenergia, antiga Pellco Brasil, avança em Pinheiro Machado, na Região Sul do Rio Grande do Sul. À frente da iniciativa está o empresário Luiz Eduardo Batalha, que afirma já estar com as licenças em mãos, mas espera definições para que, em outubro, os contratos com os stakeholders possam ser assinados para iniciar a sua execução.

“Vamos ter uma definição em breve. Ainda não sabemos se vamos vender 100% (do que produzirmos), se vamos vender um pedaço, se vamos ficar com a maioria ou ser minoritários. Mas a síntese do projeto está montada. Vamos fazer uma parte das tábuas primeiro e, o resto, vamos pegar para transformar pellets em energia. Serão duas frentes. Já temos os stakeholders, um na Austrália e outro na Europa, prontos para

comprar por 10 anos a nossa produção. Esperamos que, no máximo, em um mês possamos assinar todos os contratos”, afirmou Batalha em entrevista ao Jornal do Comércio.

O projeto foi anunciado em 2021, com um investimento projetado de R\$ 1,4 bilhão. A fábrica planeja utilizar cilindros de madeira compactada, chamados pellets, para geração de energia a partir da queima de biomassa. A proposta, entretanto, já estava sendo gestada há uma década, mas a execução atrasou devido à necessidade de adaptação do projeto às exigências ambientais europeias, que buscam utilizar as florestas plantadas para compensar a emissão de gases causadores do efeito estufa.

Esse é um dos projetos bilionários no setor energético que avançam na Metade Sul do Estado. Nesta semana, também foi anunciado um investimento de R\$ 1 bilhão em um empreendimento voltado ao armazenamento do gás em Rio Grande,



SECRETARIA DE PINHEIRO MACHADO/DIVULGAÇÃO/JC

Empreendimento bilionário no setor energético da Metade Sul será instalado em Pinheiro Machado

pela Edge, do grupo Compass. Em Dom Pedrito se desenrola outra iniciativa, a do parque eólico Torquato Severo, de 700 MW, que deverá receber R\$ 4 bilhões da Casa dos Ventos.

O projeto prevê o plantio de 45 mil hectares de florestas para o fornecimento de matéria-prima, além de uma usina ter-

melétrica. É esperado que outros fornecedores entrem em campo. Batalha espera que, com o projeto em execução, outros produtores da Região Sul expandam seus negócios, apostando na silvicultura.

A indústria será implantada no município de Pinheiro Machado, em área de 149 hectares,

no quilômetro 128 da rodovia BR-293, junto à ferrovia e rede de transmissão elétrica. A escolha pelo município se deu pela proximidade com os mais de 300 pequenos e médios produtores florestais que possuem 90 mil hectares de florestas plantadas em um raio de 60 quilômetros da planta fabril.